

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES  
FEDERAIS (REUNI): ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE NA  
UFPE**

**PROGRAMA DE REESTRUCTURACIÓN Y AMPLIACIÓN DE LAS UNIVERSIDADES  
FEDERALES (REUNI): ANÁLISIS DE LAS CONDICIONES DE TRABAJO DOCENTE  
DE LA UFPE**

**PROGRAM FOR THE RESTRUCTURING AND EXPANSION OF THE FEDERAL  
UNIVERSITIES (REUNI): ANALYSIS OF THE TEACHING WORK CONDITIONS AT  
UFPE**

Assis Leão da SILVA<sup>1</sup>  
Yego Viana Amorim de ALMEIDA SANTOS<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo avalia os efeitos nas condições do trabalho docente tomando como referência a implementação do REUNI na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Trata-se de uma pesquisa qualitativa e, com base no objetivo proposto, se caracteriza como pesquisa exploratória. Em relação aos procedimentos, desenvolveu-se em duas etapas articuladas: a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, empregando entrevistas como instrumento de coleta de dados. Fundamentou-se na teoria do ciclo de políticas de Ball e Bowe (1992). Os resultados da pesquisa apontam elementos que possibilitam destacar certa singularidade na implementação do Programa em relação às demais Universidades Federais, tendo em vista que os achados em sua síntese interpretativa revelam que a relação precarização/intensificação se dá por uma construção conjuntural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Trabalho. Docente. REUNI. Universidade.

**RESUMEN:** El artículo evalúa los efectos sobre las condiciones del trabajo docente tomando como referencia la implementación del REUNI en la Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Este trabajo es una investigación cualitativa y exploratoria. Sobre los procedimientos, se construye en dos etapas articuladas: la investigación bibliográfica y el estudio de caso, utilizándose entrevistas como instrumento de recolección de datos. Se basó en la teoría del ciclo de políticas de Ball y Bowe (1992). Los resultados de la investigación apuntan a elementos que permiten resaltar cierta singularidad en la implementación del Programa en relación a las otras Universidades Federales, considerando que los hallazgos en su síntesis interpretativa revelan que la relación precariedad / intensificación se da a través de una construcción coyuntural.

**PALABRAS CLAVE:** Educación. Trabajo. Docente. REUNI. Universidad.

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), Recife – PE – Brasil. Docente e Pró-reitor de ensino. Doutorado em Educação (UFPE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5926-652X>. E-mail: [assisleao33@gmail.com](mailto:assisleao33@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife – PE – Brasil. Mestrado em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9924-1688>. E-mail: [yegoviana@hotmail.com](mailto:yegoviana@hotmail.com)

**ABSTRACT:** *The paper evaluates the effects on the conditions of teaching work taking as a reference the implementation of REUNI at the Federal University of Pernambuco (UFPE). That is a qualitative and exploratory research. About the procedures, the paper was developed in two steps: bibliographical research and case study, using interview as a data collection instrument. This article was based on policy cycle (Ball e Bowe, 1992). The search results indicate to elements that make it possible to highlight a certain uniqueness in the implementation of the program in relation to other federal universities, noting that the results in its interpretative synthesis reveal that the precariousness/intensification's relation takes place through a conjunctural construction.*

**KEYWORDS:** *Education. Work. Teacher. REUNI. University.*

## Introdução

Durante os governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), as Universidades Federais (UFs) vivenciaram um processo singular de expansão, democratização do acesso e de interiorização distinto de momentos anteriores da história recente no país (SANTOS, 2020).

O desenvolvimento da agenda governamental progressista proporcionou a formulação e implementação de programas voltados a essas instituições, como o Programa Expansão da Fase I e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O Programa Expansão da Fase I serviu como a primeira tentativa do Governo Lula de expandir as UFs. Lançado em 2003, esse programa não apenas contribuiu para a expansão e interiorização das Universidades Federais, como também proporcionou novos concursos para os quadros do corpo técnico-administrativo e docente.

A fim de dar continuidade aos objetivos do programa supracitado, em 2007, surge o REUNI com o objetivo de estimular o crescimento do Ensino Federal. Esse programa contribuiu com o surgimento de novos *campi*, construções de novos cursos, departamentos, contratação de novos docentes e aumento da pluralidade de discentes.

Buscando compreender a guinada na agenda de expansão da Educação Superior e o interesse em torno desse processo expansivo pela via estatal, Sguissardi (2006) destacou que o governo elaborou 25 propostas e justificativas para definir os planos para a Educação Superior. Analisando essas propostas, o autor agrupou e destacou quatro pontos essenciais nesta agenda:

1. ampliar as vagas de forma compatível com a meta de 30% da faixa etária até o ano 2011 e atingir, no médio prazo, uma proporção de 40% das matrículas no setor público;
2. promover a autonomia nos termos constitucionais, incluindo a escolha dos dirigentes;
3. resolver a questão da desigualdade da oferta regional de vagas na graduação e pós-graduação e buscar melhor oferta de cursos e vagas em áreas de conhecimento que melhor respondam às necessidades do projeto nacional de desenvolvimento;
4. modificar o sistema de seleção, com atenção para as minorias raciais e socioeconômicas (cotas) (SGUISSARDI, 2006, p. 1041).

Um olhar apurado nos pontos essenciais desta agenda elucida as razões pelas quais o Governo Lula focou na expansão e democratização da Educação Superior no final do primeiro e ao longo do segundo mandato. A já mencionada expansão da Fase I surge como consequência da necessidade de expansão e democratização, buscando atingir um novo público, outrora invisível – as minorias raciais e socioeconômicas.

O REUNI também corroborou com esse cenário de pluralidade estudantil, como poderá ser analisado ao longo do artigo, e a relação aluno/professor (RAP) teve um aumento significativo, o que implicou na inserção de diversos grupos sociais. Para corroborar com isso, a construção de novos *campi* em áreas não elitizadas serviu para a imersão desses grupos marginalizados.

A principal meta do REUNI foi ampliar a Educação Superior, criando as “[...] condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007a).

Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidas diretrizes, tais como: reduzir a taxa de evasão, ocupando vagas ociosas e aumentando o número de ingressos, principalmente no período noturno; contribuir para implementar regimes curriculares e sistemas de títulos, oportunos para a construção de itinerários formativos; modificações qualitativas nas metodologias de ensino-aprendizagem; maior articulação entre graduação, pós-graduação e educação básica; e aperfeiçoamento de políticas de inclusão e assistência estudantil.

Na prática, as UF's que aderiram ao REUNI buscaram criar, ao longo de cinco anos, novos cursos e departamentos de graduação, aumentar a relação aluno-professor (RAP) de 12/1 para 18/1, modificar a cultura organizacional das instituições, dentre outras estratégias.

A implementação do REUNI gerou críticas e protestos por parte de entidades sindicais, professores e discentes (ANDES, 2007, 2007, 2013), pois alegavam que essa expansão traria uma precarização para as condições do trabalho docente. Devido a esses

embates e a magnitude do programa, diversos pesquisadores (ANDRADE; LUCENA; BARLETA, 2018; GUIMARÃES; LIMA, 2017; NISHIMURA, 2012; PACHANE; VITORINO, 2015) passaram a problematizar a temática.

Silva e Santos (2020) apresentaram um levantamento de dissertações e teses sobre esse Programa Federal, salientando que este ainda desperta interesse em múltiplos campos de estudo, devido aos seus desdobramentos, sobretudo nas seguintes categorias de estudo: avaliação da política pública, contrarreforma educacional, acesso e democratização do acesso ao Ensino Superior, Expansão da Educação Superior, Gestão e Organização, Reestruturação curricular e trabalho docente universitário.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo avaliar os efeitos nas condições do trabalho docente tomando como referência a implementação do REUNI na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Para realizar o referido estudo de caso, escolheu-se um departamento de humanidades. Nesse sentido, a pesquisa trabalhou com docentes que passaram pela transição imposta pelo Programa (aqueles que puderam contemplar o pré-REUNI e o pós-REUNI).

A escolha do Estado de Pernambuco diz respeito a sua importância demográfica, histórica, social e econômica na região Nordeste. Outro aspecto é que, em suas origens, as Universidades Federais no Estado mantinham um caráter essencialmente elitista e litorâneo, o que se modificou no início do século XXI, a partir de novos contextos com o processo de expansão e interiorização da Educação Superior. Dessa maneira, atualmente, o Estado apresenta um conjunto de Universidades Federais que vivenciaram, a partir de suas criações, distintos projetos de Educação Superior na região.

## **REUNI nas Universidades Federais Pernambucanas**

O Estado de Pernambuco possui quatro Universidades Federais: a já mencionada UFPE, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE). Atualmente, esse conjunto de Universidades Federais ofertam 51.562 matrículas em graduações presenciais em diversos *campi* instalados pelo Nordeste (INEP, 2020).

A UFPE, fruto do processo de federalização da Educação Superior, foi criada através do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.388 de 1946. Se ao longo do século XX a Universidade manteve um caráter elitista, o século XXI trouxe novos desafios, entre os quais,

a necessidade de se adequar ao processo de expansão e interiorização propostos nos Governos Lula.

Em relação à UFRPE, sua origem demanda do ano de 1912 com a criação da Escola Superior de Agricultura, abrangendo a princípio os cursos de Medicina Veterinária e Agronomia. Em 1940, através do decreto Estadual nº 1.741/1947 oficializou-se a criação dessa instituição, unindo as Escolas descritas anteriormente e a Escola Agrotécnica e o Curso de Magistério de Economia Doméstica Rural.

Todavia, apenas em 1955 a Universidade foi federalizada, através da Lei Federal nº 2.524. Com o decreto nº 60.731/1967, a instituição adquiriu o seu nome oficial (ARRUDA, 2011). No desenho atual de sua institucionalidade, a Universidade tem sua reitoria e o seu Campus principal localizados na capital, mas também se estende por todo o Estado, contendo Unidades nos municípios de Garanhuns, Serra Talhada, Cabo de Santo Agostinho e Belo Jardim. As Unidades de Garanhuns e Serra Talhada, criadas respectivamente em 2005 e 2006, são frutos do projeto de expansão discriminado no presente trabalho.

Em relação à UNIVASF, sua criação remete a Lei nº 10.473/2002 (BRASIL, 2002) como forma de interiorizar a Educação Superior, porém sua implementação efetiva deriva do ano de 2004. No princípio, a Universidade continha sua sede no município de Petrolina (PE) e dois *campi* em: Juazeiro (BA) e São Raimundo Nonato (PI). Em 2007, é criada uma Unidade também no Piauí, próxima a Serra da Capivara. Com o REUNI, em 2008, são erguidos mais dois *campi*: mais um na cidade de Petrolina e outro em Senhor do Bonfim (BA). Por fim, em 2014 e 2017, o Conselho Universitário (Conuni) e o Ministério da Educação (MEC) aprovaram a criação, respectivamente, das Unidades na cidade de Paulo Afonso (BA) e Petrolina (PE).

A partir da Lei nº 13.651/2018 (BRASIL, 2018), iniciou-se o processo que culminou na autonomia da UFRPE, criando a UFPE, a partir do desligamento da Unidade da cidade de Garanhuns. Em 2021, a Instituição apresenta sete cursos de graduação, uma especialização em questões agrárias e cinco cursos de mestrado.

Esse cenário da Educação Superior em Pernambuco é o resultado de mudanças que o país vivenciou num passado recente, caracterizados pelo projeto político descrito, que englobou forte expansão das vagas e matrículas em instituições públicas e que trouxe efeitos na infraestrutura e nas condições de trabalho docente, basta observar a criação de novos prédios, centros e cursos e a inserção de novos discentes, que ainda refletiram após o prazo das políticas estudadas (UFPE, 2012, 2013).

Como a delimitação do trabalho são as UFs, averiguou-se que o processo sofrido pelas quatro Universidades (UFPE, UFRPE, UFAPE e UNIVASF) contribuíram para redesenhar o espaço geográfico da educação superior, seja através do processo de interiorização de Universidades públicas, da oferta de graduações nas modalidades semipresenciais ou a distância e das políticas de acesso e permanência.

Como citado, o estudo foi delimitado na UFPE devido a sua relevância nacional/local, social e científica, bem como pelos embates internos na elaboração do REUNI. Durante a segunda década do século XXI, a instituição encontra-se como uma das melhores em ensino (graduação e pós-graduação) e pesquisa, sendo a 14<sup>a</sup> melhor Universidade do País. No âmbito internacional, a instituição está entre as mil melhores do mundo, segundo o *The World University Rankings* (2018)<sup>3</sup>.

Ainda no *site* da instituição, ao pesquisar a missão, os valores e a visão, é possível averiguar que existe uma tradição histórica que vai para além da empregabilidade, mas que se volta à inserção social. Nesse contexto apresentado, a Universidade tem uma visão de mundo emancipadora, na qual valores como a alteridade, a justiça, a dignidade humana, o direito dos povos, a liberdade e as diferenças culturais são prioritárias.

Isto posto, o REUNI foi um marco na história das UFs, visto que essa política compactuou para reestruturar, expandir e interiorizar a Educação Superior. No caso específico da UFPE, contribuiu para o enfraquecimento do argumento da Universidade de Elite e sua cartografia litorânea, permitindo o processo de interiorização. Logo, torna-se ímpar realizar estudos sobre esse Programa e tratar sobre suas implicações para o desenvolvimento dessa Instituição.

Ainda sobre a UFPE, é possível verificar que existiram transtornos na implementação do Programa, uma vez que uma parcela dos estudantes da comunidade acadêmica, no ano de 2007, mobilizaram uma ocupação a Reitoria, alegando que o REUNI traria a precarização das atividades acadêmicas, afetando, principalmente, a condição do trabalho docente<sup>4</sup>. Logo, um estudo de caso que problematize esta temática torna-se pertinente.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional/a-instituicao>. Acesso em: 14 jan. 2021.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/brasil/reitor-da-ufpe-tenta-liberar-predio-ocupado-por-estudantes-contr-o-reuni/ehttps://extra.globo.com/noticias/brasil/pelo-menos-quatro-universidades-federais-sofrem-com-ocupacoes-em-protesto-contr-reuni-717256.html>. Acesso em: 09 jan. 2021.

## **Condições do trabalho docente e o REUNI: elementos para o debate**

Entre os elementos mais criticados no processo de implementação do REUNI, estão os efeitos nas condições do trabalho docente. Em 2007, o Sindicato Nacional dos Docentes da Educação Superior (ANDES) destacou que o REUNI traria a precarização para as Universidades Federais. Essas críticas persistem no tempo presente. Pachane e Vitorino (2015), Andrade, Lucena e Barleta (2018), dentre outros, apontam a precarização do trabalho docente como ponto capital da crítica ao Programa. A tese com maior destaque, nessas análises, foi a relação aluno/professor (RAP) que se modificou de 12/1 para 18/1.

O ANDES salientou que o processo de intensificação da RAP fortaleceu o conceito produtivista e empresarial nas UFs, o que focalizaria em resultados quantitativos (inserção de mais discentes nos cursos de graduação presenciais ou aumento do número de concluintes), enquanto o tripé ensino, pesquisa e extensão seria prejudicado.

Corroborando com o ANDES, Pachane e Vitorino (2015), Guimarães e Lima (2017), também criticam a relação 18/1 da RAP, ao alegarem uma interferência qualitativa no trabalho docente. Complementando as colocações dos críticos a alguns elementos do REUNI, Andrade, Lucena e Barleta (2018) levantam o argumento de que o REUNI traria maior mecanização na relação aluno/professor, afetando os aspectos qualitativos da didática em sala de aula.

As críticas desses autores vão além, pois problematizam a Portaria Interministerial MEC/MPOG nº 22, de 30 abril de 2007 (BRASIL, 2007b). Os autores apontam que a portaria criou um banco de professores equivalentes e uma estratégia de contratação de substitutos, sabendo-se que esse banco representa todos os professores efetivos e substitutos das Universidades, instituindo-se uma possibilidade de reposição rápida dos docentes efetivos por substitutos.

Destaca-se, ainda, a diferença entre os dois tipos de contratação de professores, pois o contrato de trabalho do substituto o limitava a ministrar apenas aulas. Sobre isso, o sindicato ANDES já trazia uma crítica em 2007:

O professor substituto não pode assumir cargos administrativos, desenvolver ou orientar pesquisas, nem submeter ou coordenar projetos. Essas tarefas estão sendo acumuladas por um número cada vez menor de professores efetivos (ANDES, 2007, p. 25).

Essa problemática das novas formas de contratação de professores também foi pautada por Nishimura (2012), ao realizar um estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande

do Sul (UFRGS). Em 2011, a presidenta Dilma Rousseff realizou cortes orçamentários em 50 bilhões de reais, atingindo a pasta da educação em 3 bilhões de reais, o que contingenciou a UFRGS na contratação de 100 docentes efetivos, acertado no Acordo de Metas do REUNI com as UFs. Para suprir o déficit, foram criados processos seletivos para professores temporários, com características semelhantes aos contratos de professores substitutos.

A possibilidade de contratação temporária decorre desde 1993, com a criação da Lei Federal nº 8.745 (BRASIL, 1993), mas deveria se dar por caráter temporário a fim de atender eventos públicos excepcionais (catástrofes ambientais, epidemias etc.). Contudo, o Governo Dilma criou a Medida Provisória nº 525/ 2011 com um inciso “X” (décimo), somando a lista de eventos públicos excepcionais:

admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino, respeitando os limites e as condições fixados em ato conjunto dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação (BRASIL, 2011, inciso X).

Tal problematização remete para as colocações de Marin (2010) sobre as novas categorias de trabalhadores, sobretudo os temporários, como forma de representar a precarização e intensificação das condições de trabalho. A intensificação pode ser vista como um elemento da precarização, sendo representada pela necessidade de atender um número maior de exigências em menos tempo (SANTANA, 2018).

Outros estudos de casos também contemplam as problematizações anteriores, como por exemplo, o jornal da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (ADUFES, 2011), que trouxe colocações de docentes que exigiram sigilo em suas denúncias de trabalho.

Os relatos abordavam principalmente o assédio moral. Em um dos casos, o professor relutou como chefe de departamento em aceitar ministrar disciplinas por mais de um período quando estas não tivessem relação com sua área de formação: “Quando relutei em ministrar uma disciplina que não tinha relação com o que eu lecionava, ele dizia que quem está no estágio probatório não tem o direito de escolher disciplinas, dá aulas do que o departamento precisar” (ADUFES, 2011, p. 1).

O autoritarismo também pode ser visto em outras ocasiões no jornal ao exporem uma fala de um professor da Universidade Federal do Amazonas: “A reitora da minha universidade chegou a emitir uma medida proibindo os professores de saírem do município sem comunicá-la, o que acabou sendo derrubado pela luta da categoria” (ADUFES, 2011, p. 1).



Ribeiro, Dantas e Silva (2014) abordam que o processo de aumento quantitativo de discentes sem o correspondente aumento efetivo de servidores técnicos e professores, somado a uma jornada extra, mediante a invasão da vida privada pelo trabalho em casa, acentuado pelas novas tecnologias da informação, precarizam o trabalho docente. Retratam, ainda, que o professor vai absorvendo as características de um sujeito aparentemente produtivo.

Na mesma pesquisa, através de entrevistas realizadas com professores, o levantamento dos dados revelou que a questão da infraestrutura foi um fator relevante nas críticas sobre o REUNI. No jornal do ADUFES (2011), também é possível averiguar a problemática da infraestrutura referente às condições de trabalho do docente, como também no dossiê do ANDES (2013) referente à precarização desse papel laboral.

O dossiê cita vários casos, dentre eles, um específico trata sobre o Polo Universitário de Rio das Ostras, um dos sete *campi* da Universidade Federal Fluminense (UFF). A verba oriunda do REUNI se extinguiu em 2010, com isso, obras precisaram ser paradas, afetando o trabalho e a saúde dos professores:

Temos dificuldade em atender ao projeto pedagógico com as instalações improvisadas. Inexistência de auditório, de laboratórios adequados, etc. Inexistência de espaço para realização da completude da vida universitária, como espaços para Reunião de pesquisa e de projeto de extensão. A característica de provisoriedade põe a condição de irresolução crônica, levando até mesmo alguns professores ao adoecimento por não conseguirem realizar as suas atividades laborativas na qualidade esperada”, constata o professor do Departamento Interdisciplinar (RIR), Ramiro Dulcich (ANDES, 2013, p. 10-11).

Ribeiro, Leda e Silva (2015) corroboram com o ANDES, pois também entrevistaram professores da Universidade Federal Fluminense e observaram problemas referidos nos *campi* de Rio das Ostras e Nova Friburgo. Esses autores identificaram problemas relacionados à saúde, como também o crescimento brusco de discentes em comparação com os docentes.

Esses mesmos pesquisadores ainda cobriram outras três Universidades: a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT). Os autores apontam, que mesmo com vários *campi* da UFMA já existindo antes dos anos 1980, a expansão efetiva vai se perpetuar após 2007, com o REUNI.

Ribeiro, Leda e Silva (2015) apontam que um crescimento desordenado foi observado na instituição, o que gerou um crescimento de 63,8% no número de discentes nos cursos de graduação presenciais, enquanto o aumento do número de professores efetivos foi de 43,3%. Em relação à UnB, os pesquisadores apontam que já existia a proposta de expansão pré-REUNI, assim o programa lançando em 2007 serviu para complementar a proposta.

Seis anos após o pacto UnB/REUNI, observou-se o crescimento físico e um grande aumento de vagas. Neste contexto, a problematização voltou-se à falta de planejamento e de diálogo com a comunidade acadêmica para desenvolver as metas. Isso gerou problemáticas como obras inacabadas e salas superlotadas ou esvaziadas.

Sobre a UFT, os pesquisadores resgataram o processo pré-REUNI, ao argumentarem que a instituição sofreu um processo transitório entre a herança institucional vinda da Universidade Estadual do Tocantins e a adaptação da Universidade ao novo modelo gerencial.

Esses autores destacam que essas “transmutações de gestão” vêm exigindo um esforço a mais do quadro de pessoal em geral, sendo a infraestrutura um elemento considerado como precarizado pelo corpo docente. Docentes esses que também reclamam da exacerbada demanda de trabalho; do exagero de carga horária dos professores e da escassez de recursos. Contemplando os casos anteriores, Ribeiro, Leda e Silva (2015, p. 162) ainda levantam os dados a seguir:

Os números da expansão das IFES (2007/2012) apontam para aumento de 71,5% de vagas na graduação (139.875 em 2007, para 239.942 em 2012), contraposto ao de 47,5% do número de docentes (45.849 em 2007, para 67.636 em 2012) e 10,7% de técnico-administrativos (88.801 em 2007, para 98.364 em 2012), o que corrobora a tese da intensificação do trabalho (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009) identificada nos estudos supracitados sobre o REUNI na UFMA, UnB, UFT e UFF.

Mesmo que a literatura acadêmica sobre o tema desvele a precarização existente das condições de trabalho docente, não se pode esquecer o contexto local em que a política educacional foi implementada, uma vez que esta sofre interferências únicas daquele.

Por esta razão, o trabalho parte do pressuposto da construção teórico-metodológica do ciclo de políticas (BALL; BOWE, 1992; BALL, 1994). Ball e Bowe (1992) teorizaram que existem cinco contextos que se interrelacionam no ciclo de políticas: contexto de influência; contexto da prática; contexto da produção de texto; contexto de resultados e efeitos; e contexto da estratégia política<sup>5</sup>.

Esses contextos vão apresentar peculiares macro (desde a criação a nível nacional da política) e micro (os embates regionais e locais onde as políticas vão ser implementadas). Assim, foi possível averiguar que não existe homogeneidade na implantação de uma política e de um programa, pois desde sua criação até a sua efetivação e seus resultados, ela passa por diversos elementos específicos.

<sup>5</sup> Para um maior aprofundamento desses contextos, ler os seguintes autores: Ball e Bowe (1992); Ball (1994); Mainardes (2006).

Tomando como exemplo o REUNI, observou-se que autores (RIBEIRO; LEDA; SILVA, 2015; RIBEIRO, DANTAS; SILVA, 2014; NISHIMURA, 2012; ANDRADE; LUCENA; BARLETA, 2018) criticaram o desenvolvimento e a implementação do Programa em diversas UFs, porém, o estudo de caso do presente artigo trouxe elementos que complexificaram essa literatura nacional, uma vez que a análise dos dados apresentou peculiaridades do contexto local da UFPE.

### **REUNI e condições do trabalho docente na Universidade Federal de Pernambuco**

Para obter as respostas do estudo de caso, entrevistou-se um grupo de docentes do departamento de humanidades. Como auxílio para a entrevista, construiu-se um quadro de perguntas. O quadro foi fundamentado nos dados quantitativos do sindicato docente da instituição (Associação dos Docentes da UFPE – ADUFEPE), contemplando as condições do trabalho docente em 2013. Vale salientar que esse quadro também surge a partir da construção da teoria de Marin (2010), pois se compreende que condições do trabalho docente são o conjunto do exercício das funções do professor. Ou seja, esse conjunto implica tanto em elementos físicos quanto em condições psicológicas.

#### **Quadro 1 – Quadro referencial de análise das condições do trabalho docente**

Categorias	Infraestrutura
	Corpo docente
	Corpo discente
	Pessoal técnico administrativo
	Autonomia do professor enquanto pesquisador e educador
	Saúde do professor

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Em relação à infraestrutura, a maior parte dos professores entrevistados ressaltaram melhorias parciais. Uma parte alegou que não observou nenhuma diferença, enquanto a outra destacou que houve uma pequena piora. A melhora, vale salientar, adveio da criação de novos prédios, da modernização do material de auxílio pedagógico, dentre outros fatores. Uma das críticas que surge sobre a questão de infraestrutura não advém do REUNI em específico, mas da forma como a burocracia da instituição maneja os recursos financeiros. Sobre isso, um dos professores relatou:

A tendência era com o REUNI, porque nós tínhamos recursos para o REUNI para fazer essa melhoria, e todos os projetos foram bem feitos. E nós tínhamos dinheiro para fazer isso aí. Mas aí, o que acontece? O dinheiro tá lá, mas você tem que usar o dinheiro com [...] uma legislação própria para isso, é um dinheiro público. E para você realizar dinheiro público tem que fazer uma licitação, porque você tem que entrar em um banco de dados de licitação para poder fazer. Eu fiz o projeto, eu acho que fiz um laboratório de multimídia para o curso de museologia que era fantástico. Se você olhar o projeto, você vai ver que legal, dentro dos recursos que eu tinha para fazer. Aconteceu? Não. Por quê? Ineficiência das pessoas que fazem as licitações e as compras (Professor 01).

Esse fragmento levantado ressalva a construção dos contextos do ciclo de políticas, apontando que a prática de uma política pode ser afetada pelos autores que as aplicam. Ball e Bowe (1992) já apontavam que, no contexto da prática, os formuladores da política não tem o poder de decisão do que vai ser feito, logo, cabe aos agentes locais travarem os embates. Nesse aspecto, a estrutura organizacional da instituição teve destaque no desenrolar do REUNI, visto que o problema não foi a verba, mas a operacionalização dela.

Em relação ao acréscimo no corpo docente, outro elemento bastante destacado na literatura nacional, é possível observar algumas problemáticas nas argumentações dos entrevistados. Um dos professores apontou:

Eu acho que melhorou parcial porque a gente precisava ainda de um aumento do número de professores, né? E de uma maior, como eu posso dizer, de um apoio mais sistemático para o apoio da formação já que a gente contratou pessoas com mestrado apenas. E quando a gente liberou eles para fazer o doutorado nem sempre temos o apoio que precisa (Professor 05).

Aqui, é possível interpretar que o REUNI contribuiu com um aumento quantitativo de docentes, não necessariamente qualitativo (visto que muitos professores eram mestres e ainda estavam em formação). E isso se tornou um empecilho quantitativo, ao passo que esses novos docentes buscavam se especializar. Questionando se esses novos professores correspondiam a categoria de “trabalhadores temporários” (MARIN, 2010), outro entrevistado respondeu que existiram concursos, mas houve uma sobrecarga (ainda que limitada ao cenário da literatura nacional):

Você tem uma sobrecarga do professor, apesar de terem abertos muitos concursos ainda tem alguma sobrecarga do professor em relação a: dar mais aula ou ter mais alunos nas salas. Mas não é tanto quanto a gente pensou que ia ser, certo? (Professor 06).

Essa fala coincide com uma citação retirada do documento da ADUFEPE (2013, p. 4), ao levantar as principais queixas dos docentes: “a carência de professores tem gerado sobrecarga e acúmulo de atividades”.

Ainda sobre o mesmo tema, o professor 02 apresentou:

Em termos de corpo docente, a gente melhorou parcialmente. Porque eu acredito que poderia ter crescido ainda mais a quantidade de docentes disponíveis devido à expansão da universidade. Ele melhorou? Sim! Isso poderia ficar como uma ideia de que ele piorou parcialmente, se eu fosse dizer que a gente tivesse menos professores para a quantidade de pessoas envolvidas. Mas eu acho que melhorou porque ficou bem mais professores, mesmo que tenham tido um aumento da relação alunos e professores.

O que fica descrito nas falas é que a melhoria parcial adveio de um aumento no quadro de docentes, porém, vale destacar que, mesmo com essas novas contratações, os problemas levantados pelos autores da seção anterior (PACHANE; VITORINO, 2015; ANDRADE; LUCENA; BARLETA, 2018; RIBEIRO; DANTAS; SILVA, 2014, dentre outros) ainda podem ser perceptíveis. Ou seja, maiores demandas geraram sobrecargas nos docentes, o que afetou suas condições de trabalho.

Falar de condições do trabalho docente significa abordar a RAP, o que inclui a categoria discente (Quadro 01). A maior parte dos entrevistados apontou que o crescimento no quadro discente foi benéfico, visto que houve um aumento na diversidade e inclusão social. O aumento da RAP não foi um grande empecilho a ser observado. A partir dessas falas, volta-se a dialogar com Sguissardi (2006), pois o autor apontou que o Governo Lula buscou inserir grupos sociais marginalizados dentro das UFs, dialogando com o PNE.

Apenas um professor apontou a piora do quadro dos discentes, entretanto, não mencionou o aumento quantitativo da RAP, mas referiu-se à qualidade do alunado. Em outras palavras, a capacidade técnica e científica deles. Essa colocação corrobora com os novos embates que se intensificaram dentro das comunidades universitárias, os novos rostos colidiram com uma estrutura que não estava acostumada com eles<sup>6</sup>.

Dando continuidade à análise do quadro 01, sobre o pessoal técnico-administrativo, a maioria dos entrevistados apontou que o REUNI não trouxe muitas modificações no contexto da instituição estudada. Vale salientar que alguns professores apontaram que a falta que o déficit contínuo de técnicos administrativos (atravessando décadas) corrobora para a

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/11/19/racismo-no-mundo-academico-um-tema-para-se-discutir-na-universidade> e <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/cotistas-e-ex-cotistas-relatam-preconceitos-e-dificuldades-na-universidade-publica/#cover>. Acesso em: 05 jun. 2021.

intensificação do trabalho do professor, visto que o docente acaba acumulando mais atribuições. Sobre isso, pode-se destacar a fala do professor 03:

Tivemos algumas surpresas positivas no secretariado, sobretudo. Outros aspectos menos, mas nossos problemas que existiam com o pessoal técnico administrativo, em partes, continuam as mesmas, mas, felizmente, algumas experiências muito positivas no secretariado.

O professor 05 foi o que aprofundou nas críticas ao corpo técnico-administrativo:

[O REUNI] Não afetou foi em nada. Não afetou porque a gente continua com os funcionários em pequena quantidade, continua sem ter uma divisão adequada de responsabilidade e atribuições e de atividades que o funcionário tem que fazer. E continua não se tendo o menor rigor em relação às faltas deles que são constantes, deixando a gente tudo na mão. E também não se pensou em nenhum momento em criar uma gestão específica ou chefe específico para os funcionários, professor não é pra chefiar funcionário! A gente na atividade de coordenação é pra trabalhar com as questões pedagógicas e não com as atividades administrativas.

O professor 04, todavia, chega a uma conclusão similar aos professores 05 e 02, mas traz uma abordagem mais positiva:

O pessoal técnico administrativo também acho que [o REUNI] não tenha afetado em nada. É o mesmo pessoal que vem levando a Universidade nas costas e que vem trabalhando como louco. Claro que tem sempre aquele pessoal que trabalha menos, a chefia não tem o mesmo controle sobre o funcionário ou que são funcionários que praticamente não trabalham porque tem atividades sindicais. Mas isso sempre acontece, é uma estrutura pesada, mas a maioria é tudo gente muito boa e que a Universidade devem muito a eles. Não vejo que o REUNI tenha modificado nada com relação a isso não.

Outro elemento apontado pelos professores como persistente após o REUNI foi a autonomia do docente enquanto pesquisador e educador. Os professores 02, 03 e 04 observam que o REUNI não afetou o livre exercício de suas atividades, pois planejavam tranquilamente suas atividades de pesquisa e seu material pedagógico/didático. Já os professores 05 e 06 disseram que a autonomia diminuiu.

Vale destacar, porém, a esse respeito, a argumentação apresentada pelo professor 06: “Não é o REUNI, tá entendendo? É você ter mais exigência de todos os lados: do CNPq, da Capes, da Universidade por causa do REUNI! É o período de expansão no geral, com as políticas que estão em voga”. A colocação do professor 06 está em consonância com a construção econômica que o mundo se enquadrou após os anos 80. Com a crise do

Capitalismo e a ascensão do neoliberalismo, o Estado passou por reformas que afetaram/afetam várias instâncias, o que inclui o Ensino Superior.

Ball (2001) trata sobre novas tecnologias de controle social através da nova concepção do Estado, sendo elas: a eficiência, a qualidade e a eficácia dos serviços. A partir desse ponto, as políticas geradas passam a ser afetadas por toda essa lógica, o que não se restringe apenas ao REUNI, mas a toda uma conjuntura do século XXI.

Pensando nessa conjuntura e em como o ciclo de políticas sofre influência direta, os professores ainda levantaram alguns posicionamentos sobre a saúde deles. Enquanto dois professores apontaram que o REUNI contribuiu diretamente com maiores cobranças que afetaram a saúde, três indivíduos não observaram mudanças advindas com o REUNI, visto que essas novas pressões já estavam sendo construídas ao longo dos anos anteriores.

As falas dos docentes do presente estudo de caso trouxeram uma maior complexidade ao debate sobre condições do trabalho docente/REUNI, apontando que a relação precarização/intensificação se deu, e ainda dá, por uma construção conjuntural. Nessa análise do REUNI na UFPE, alguns elementos negativos semelhantes ao da literatura nacional foram percebidos. Por outra via, a percepção dos professores apontou que o saldo positivo não deve ser negligenciado. Por exemplo, a RAP, um dos elementos mais criticados pelos autores levantados (PACHANE e VITORINO, 2015; GUIMARÃES e LIMA, 2017, etc.) foi vista como positiva pelos docentes do estudo de caso, visto que o aumento quantitativo trouxe uma melhoria qualitativa: diversidade e inserção de grupos sociais marginalizados.

### **Considerações finais**

O presente artigo teve como objetivo avaliar os efeitos nas condições do trabalho docente tomando como referência a implementação do REUNI na Universidade Federal de Pernambuco.

Num primeiro momento, caracterizou-se o cenário das Universidades Federais no Estado de Pernambuco, composto pela UFPE, UFRPE, UNIVASF e UFAPE, destacando-se seus aspectos históricos, geográficos e a inserção do Programa REUNI no ambiente de atuação destas Instituições.

Ainda nesse primeiro momento, chamou-se a atenção para o caso da UFPE, pontuando seu projeto de criação, sua cartografia litorânea inicial, o processo de interiorização e sua inserção local, regional e nacional. A opção por essa instituição para o estudo de caso se deu

por se tratar da UFs mais antiga e relevante da região, bem como devido às tensões que ocorreram durante a implementação do REUNI.

Em um segundo momento, o artigo refletiu e compreendeu as nuances dos debates nacionais sobre REUNI e as condições do trabalho docente. Vale salientar que mesmo com considerável homogeneidade no discurso dos autores sobre o tema, foi utilizado o ciclo de políticas de Ball e Bowe para contrapor, a princípio, as argumentações. Ou seja, não existe homogeneidade na implantação de uma política e de um programa, uma vez que a sua efetivação e seus resultados podem apresentar peculiaridades.

Num terceiro momento, finalmente, a partir dos dados coletados e interpretados no contexto da UFPE e triangulados com a literatura acadêmica nacional, pôde-se afirmar que o caso dessa Universidade em questão pode trazer maior complexidade à problematização deste programa, abrindo possibilidades de novas pesquisas, já que os achados apontam que a relação entre precarização e intensificação se dá por uma construção conjuntural.

## REFERÊNCIAS

ADUFEPE. **Condições do trabalho docente**. Recife, PE: ADUFEPE, 2013.

ADUFES. **Novos professores destacam problemas enfrentados nas universidades**. Vitória, Espírito Santo, 2011. Disponível em: [https://wp.adufes.org.br/wp-content/uploads/2013/06/jornal\\_mensal\\_marco\\_web.pdf](https://wp.adufes.org.br/wp-content/uploads/2013/06/jornal_mensal_marco_web.pdf). Acessado em: 10 jan.2021.

ANDES. Sindicato Nacional dos docentes das instituições de Ensino Superior. **As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a Educação Superior**. Brasília, DF: ANDES, 2007. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/novas%20faces%20reforma%20universitaria.pdf>. Acesso em: 16 maio 2021.

ANDRADE, A. C.; LUCENA, C.; BARLETA, I. A. A precarização do trabalho, o REUNI e o novo desenvolvimentismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 234-257, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645868/17924>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ARRUDA, A. L. B. **Expansão da Educação Superior: Uma análise do programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI) na Universidade Federal de Pernambuco**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3825>. Acesso em: 14 fev. 2021.

BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n. 02, p. 99-116, 2001. Disponível em:



<https://gestaoeducacaoespecial.ufes.br/sites/gestaoeducacaoespecial.ufes.br/files/field/anexo/ball.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BALL, S. J. **Educational reform: A critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, 1992. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/248986176\\_Subject\\_Departments\\_and\\_the\\_Implementation\\_of\\_National\\_Curriculum\\_Policy\\_An\\_Overview\\_of\\_the\\_Issues](https://www.researchgate.net/publication/248986176_Subject_Departments_and_the_Implementation_of_National_Curriculum_Policy_An_Overview_of_the_Issues). Acesso em: 21 jun. 2020.

BRASIL. **Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8745cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8745cons.htm). Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.473, de 27 de junho de 2002**. Institui a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110473.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110473.htm). Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto Presidencial n. 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui as Diretrizes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, 2007a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Portaria normativa interministerial n. 22, de 30 de abril de 2007**. Brasília, DF: MEC, 2007b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/professor\\_equivalente.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/professor_equivalente.pdf). Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. **Medida provisória n. 525, de 14 de fevereiro de 2011**. Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no tocante à contratação de professores. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/mpv/525.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/mpv/525.htm). Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.651, de 11 de abril de 2018**. Cria a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPa), por desmembramento [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Lei/L13651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13651.htm). Acesso em: 16 ago. 2022.

GUIMARÃES, M. C. R.; LIMA, D. F. Notas sobre a implantação do REUNI no sertão paraibano: Dez anos depois. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL 5.; ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 12., 2017, Vitória. **Anais** [...]. Vitória, ES: UFES, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/16470/11331>. Acesso em: 05 maio 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses estatísticas da Educação Superior 2019 – graduação**. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvXyTcQHcJFyhsJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2021.

MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

NISHIMURA, S. P. **A precarização do trabalho docente como necessidade do capital: Um estudo sobre o REUNI na UFRGS**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/61741>. Acesso em: 19 fev. 2021.

PACHANE, G. G.; VITORINO, B. M. A expansão do Ensino Superior no Brasil pelo programa REUNI: Democratização da formação universitária ou apenas uma ambivalência legal? **Poiésis**, Santa Catarina, v. 9, n. 16, p. 438-456, 2015. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/3114>. Acesso em: 07 fev. 2020.

RIBEIRO, C. V. S.; DANTAS, R. O.; SILVA, S. C. A expansão da educação superior nas IFES: Repercussões no trabalho docente. **Revista Cocar**, Belém, v. 8, n. 16, p. 81-93, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/370>. Acesso em: 08 fev. 2020.

RIBEIRO, C. V. S.; LEDA, D. B.; SILVA, E. P. E. A expansão da educação superior pública e suas implicações no trabalho docente. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 51, n. 37, p. 147-174, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7175>. Acesso em: 11 jan. 2020.

SANTANA, K. C. **As condições de expansão da Universidade Federal de Viçosa e de implementação do programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI) e suas repercussões no trabalho docente**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10019>. Acesso em: 17 abr. 2021.

SANTOS, Y. V. A. A. **Trabalho docente no contexto de expansão da educação superior: O caso do programa REUNI na Universidade Federal de Pernambuco**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39686>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SGUISSARDI, V. Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: Precária trajetória e incerto futuro. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96, p.1021-1056, 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/193104258.pdf>. Acesso em: 08 maio 2020.

SILVA, A. L.; SANTOS, Y. V. A. A. A produção de dissertações e teses sobre o Programa REUNI entre 2009 e 2018. **Jornal de Políticas sociais**, Paraná, v. 14, n. 05, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/69942/40308>. Acesso em: 12 maio 2020.

### **Como referenciar este artigo**

SILVA, A. L.; ALMEIDA SANTOS, Y. V. A. Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): Análise das condições de trabalho docente na UFPE. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. 00, e022160, 2022. e-ISSN:1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v26i00.15501>

**Submetido em:** 10/08/2022

**Revisões requeridas em:** 15/09/2022

**Aprovado em:** 22/10/2022

**Publicado em:** 30/12/2022

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

